

## NARRATIVAS JORNALÍSTICO-LITERÁRIAS: ENCONTROS E DESENCONTROS<sup>1</sup>

Francisco Aquinei Timóteo Queirós<sup>2</sup>

### RESUMO

O artigo intitulado Narrativas jornalístico-literárias: encontros e desencontros pretende analisar as inter-relações entre fato e ficção na imprensa e na prática literária entre os séculos XVIII e XIX. O estudo parte de textos centrais das áreas de teoria literária e estudos jornalísticos, presentes nas obras de Hayden White, Peter Gay, Lloyd Kramer e Ian Watt, com a finalidade de traçar pontos de encontros, tangência e de atrito entre a narrativa literária, histórica e jornalística. Com o trabalho, pretende-se alcançar uma melhor compreensão acerca dos mecanismos ficcionais que sustentam e aproximam os discursos jornalísticos e literários.

**PALAVRAS-CHAVE:** História; Jornalismo; Literatura.

### ABSTRACT

The article titled journalistic-literary narratives: meeting and disagreements intends to analyze the interrelationships between fact and fiction in the media and literary practice between the eighteenth and nineteenth centuries. The study is part of the central texts in the fields of literary theory and journalism, the present studies the works of Hayden White, Peter Gay, Lloyd Kramer and Ian Watt, in order to trace points of meetings, tangency and friction between literary narrative, historical and journalistic. With work, we intend to achieve a better understanding of the mechanisms that sustain fictional and journalistic approach and literary discourses.

**KEYWORDS:** History; Journalism; Literature.

A inter-relação entre jornalismo e literatura se confunde com a história da imprensa e é marcada também pela ascensão do romance. Entre os séculos XVIII e XIX, o moderno jornalismo foi consolidando a sua identidade, suas ferramentas e sua técnica. Nesse momento, o romance emerge como o mais popular gênero literário:

As relações entre criação literária e jornalismo têm sido problemáticas desde seus inícios. Parece que aquela, sem abandonar a dimensão lúdica e frutiva, deve encaminhar-se para o *essencial humano*, bem que encarnado nas inevitáveis coordenadas espaço-temporais que nos constituem. A atividade informativa, ao contrário, aponta mais para o efêmero, passageiro, circunstancial (e sabemos até que ponto a vertigem informativa devora a estabilidade e permanência dos acontecimentos). (MEDEL, 2002, p.18)

---

<sup>1</sup> Área de conhecimento: Jornalismo e Literatura.

<sup>2</sup> Professor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre – UFAC. Mestre em Letras pela referida universidade.

A intersecção entre a prática literária e a jornalística é concomitante e se confunde, portanto, à origem do romance moderno, no século XVIII, apresentando Daniel Defoe, Richardson e Fielding como nomes de relevo. Segundo Ian Watt (2010), a nova forma literária nasce em consonância com os ideais burgueses estabelecidos com o Iluminismo e, principalmente, por incorporar a percepção individual da realidade. Desta forma, a matéria ficcional estará assentada em histórias factíveis e, muitas vezes verdadeiras, sem o viés heroico da lenda ou da epopeia que marcavam os textos antigos:

Em 1719, é lançada, na Inglaterra, a primeira edição do romance Robinson Crusoe, de Daniel Defoe, que provavelmente surgiu de um fato real: a história de um naufrago, supostamente Alexander Selkirk, que permaneceu sozinho numa ilha deserta do Pacífico, por um período de aproximadamente quatro anos. Este naufrago, talvez, tenha sido entrevistado pelo próprio Defoe. Fielding chegou a usar um almanaque, símbolo da difusão da imprensa escrita, para estruturar o tempo em Tom Jones. A nova tendência, como o jornalismo, nutre-se da novidade e de histórias relacionadas ao tempo mais imediato e constituídas do caráter de autenticidade. (NICOLATO, 2008, p. 12)

O romance ascende, segundo Watt (2010), sob a salvaguarda das premissas do “realismo formal” e com a caracterização das identidades particulares. Conforme aponta o autor inglês, o “realismo formal” confere à narrativa do romance, enredos que se assemelham à realidade, de modo a abarcar a contemporaneidade e a singularidade das personagens. Nesse sentido, o romance indica sua intenção de apresentar uma personagem como um indivíduo particular nomeando-a da mesma forma que os indivíduos particulares são nomeados na vida real.

Como conceito estético, o vocábulo “*réalisme*” foi empregado pela primeira vez em 1835 para denotar a “*vérité humaine*” de Rembrandt em oposição à “*idéalité poétique*”; mais tarde o termo foi consagrado com viés eminentemente literário com a fundação, em 1856, do jornal *Réalisme*. Conforme esclarece Watt (2010), como consequência o termo “realismo” passou a ser usado como antônimo de “idealismo” e, nesse sentido, permeou boa parte dos estudos críticos e históricos do romance.

No entanto, percebe-se que o “realismo formal” ratifica nos romances de Defoe, Richardson e Fielding, uma experiência humana e não apenas as que se prestam a determinada perspectiva literária: seu realismo não está na espécie de vida apresentada, e sim na forma como a desvela. Nesse sentido, as personagens referenciadas nas obras dos autores mencionados, estão unidas a acontecimentos verossímeis, como por

exemplo, a personagem *Moll Flanders* – que é uma ladra –, *Pamela* – uma hipócrita – e *Tom Jones*, um fornicador:

Na verdade o realismo formal é a expressão narrativa de uma premissa que Defoe e Richardson aceitaram ao pé da letra, mas que está implícita no gênero romance de modo geral: a premissa, ou convenção básica, de que o romance constitui um relato completo e autêntico da experiência humana e, portanto, tem a obrigação de fornecer ao leitor detalhes da história como a individualidade dos agentes envolvidos, os particulares das épocas e locais de suas ações – detalhes que são apresentados através de um emprego da linguagem muito mais referencial do que é comum em outras formas literárias. (WATT, 2010, p. 34)

Watt (2010) salienta que o romance engendrou uma identidade particularizada às personagens, promoveu a singularização da narrativa e instaurou uma experiência literária individualizada. Ao enfatizar espaços e pessoas dentro de um contexto e de um enredo específico, o romance se diferencia dos outros gêneros e de formas anteriores de ficção pelo grau de atenção que dispensa à individualização das personagens e à detalhada apresentação de seu ambiente.

Os romances de Defoe são os primeiros a apresentar um panorama da vida individual numa perspectiva mais ampla como um processo histórico e numa visão mais estreita que mostra o processo desenrolando-se contra um pano de fundo dos pensamentos e ações mais efêmeros:

Em Defoe essa realidade se evidencia. Em seus melhores momentos ele nos convence inteiramente de que sua narrativa se desenrola em determinado lugar e em determinado tempo, e ao lembrarmos-nos de seus romances pensamos basicamente naqueles momentos intensos da vida das personagens, encadeados de maneira a compor uma perspectiva biográfica convincente. Percebemos um sentido de identidade pessoal que subsiste através da duração e no entanto se altera em função da experiência. (WATT, 2010, p. 25-26)

Nesse sentido, o romance descortinava em maior ou menor grau aspectos da vida comum, aproximando-os da realidade. Os enredos constroem cenas que mergulham na vida familiar, delineiam ambientes caseiros, as “pinceladas” percorrem o cotidiano e expressam os dramas e os sentimentos comuns à alma humana, como o amor, dor, rejeição, insegurança e ambição. O romance, portanto, apresenta a elaboração do que pretende ser um relato autêntico das verdadeiras experiências individuais.

A partir do século XIX a reciprocidade entre jornalismo e literatura é ampliada, isso ocorre devido à efervescência e à ampliação do número de jornais e revistas nos

grandes centros urbanos da Europa e dos Estados Unidos. Outro ponto relevante para a propagação dos jornais no período foram os folhetins e, posteriormente, o *fait divers*:

E foi justamente no século XIX que a influência da Literatura no Jornalismo tornou-se visível. O casamento entre imprensa e escritores era perfeito. Os jornais precisavam vender e os autores queriam ser lidos. Só que os livros eram muito caros e não podiam ser adquiridos pelo público assalariado. A solução parecia óbvia: publicar romances em capítulos na imprensa diária. Entretanto, esses romances deveriam apresentar características especiais para seduzir o leitor. Não bastava escrever muito bem ou contar uma história com maestria. Era preciso cativar o leitor e fazê-lo comprar o jornal no dia seguinte. E, para isso, seria necessário inventar um novo gênero literário: o folhetim. (PENA, 2006, p. 32)

Como se viu anteriormente, os folhetins irão desempenhar um importante papel na consolidação do jornal como um veículo de comunicação de massa. Dessa maneira, constata-se que a relação entre o jornalismo e a literatura é patente desde o início da história da imprensa, coincidindo com a ascensão do romance moderno e da ficção realista: “O que conhecemos hoje como jornalismo narrativo ou jornalismo literário confunde-se com o florescimento do romance a partir do século XVIII e já nasce contaminado por parâmetros literários” (FONTANA, 2009, p. 19). Segundo Melo, a propagação do jornal contribuiu para ampliar o público leitor:

A partir de 1740, com o advento das bibliotecas circulantes, o livro conseguiu uma maior proximidade com os leitores, substancialmente formados por estudantes e mulheres da classe burguesa. Com o estímulo à leitura provocada pela imprensa, em especial pelos folhetins, os romances tiveram sua expansão e conquistaram espaço na sociedade moderna. (MELO, 2010, p. 73)

O folhetim se desenvolve, com grande vigor na França. Lá, a figura mais sobressalente foi Honoré de Balzac, que, de 1837 a 1847, publicou um folhetim por ano no jornal *La Presse*, o mesmo periódico que veiculou grande parte da obra de Eugène de Sue. Destacam-se também no período Victor Hugo, autor de *Os miseráveis*, e Alexandre Dumas, que escrevia no jornal, *Le Siècle*. Neste periódico foi impresso um dos maiores clássicos da literatura, *Les trois mousquetaires* (Os três mosqueteiros).

Na Inglaterra, o romance-folhetim alcançou fama com Charles Dickens e Walter Scott. Em Portugal, Camilo Castelo Branco e Júlio Diniz publicaram suas histórias em diferentes periódicos, como *República*, *A capital*, *Diário de Notícias*, *Diário Popular* e *Diário de Lisboa*. Na Rússia grandes escritores se destacaram na produção folhetinesca, caso de Dostoiévski e Tolstói.

No Brasil, os jornais foram seara para os principais escritores nacionais que despontaram no século XIX e início do século XX. Nomes como Raul Pompéia, Aluísio de Azevedo, Euclides da Cunha e Visconde de Taunay editaram suas obras inicialmente em jornais. Contudo, o primeiro romance-folhetim publicado no país, em 1852, foi *Memórias de um sargento de milícias*, no *Correio da Manhã*, por Manuel Antônio de Almeida:

Machado de Assis, cuja carreira como jornalista solidificou-se quando era repórter do Senado Federal, foi nosso melhor exemplo de “cronista folhetinesco”, publicando críticas ácidas sobre a sociedade brasileira em jornais como a *Gazeta de Notícias* e o *Correio Mercantil*. Neste último, também foi destaque o trabalho de José de Alencar com sua coluna “Ao correr da pena”, que teve continuação em outro jornal, *O Diário do Rio de Janeiro*, no qual escreveu seu primeiro folhetim nos moldes de um romance em fascículos, cujo título era *Cinco Minutos*. (PENA, 2006, p. 31)

Nesse sentido, os jornais do período constituem uma ponte natural de inserção dos escritores na literatura e na política. Nos anos de 1830, há uma gama diversificada de autores – de anônimos a escritores consolidados – trabalhando em jornais e vivendo do ofício jornalístico.

Os jornalistas-escritores da época vivem uma condição paradoxal: de um lado almejam ser reconhecidos como literatos, mas como não dispõem de espaço para publicação, veem nos jornais uma chance para escrever e uma maneira de ser remunerado. Os periódicos também não lhes conferem o reconhecimento desejado, uma vez que os artigos publicados não são assinados – quando muito, aparecem com iniciais fantasiosas ou com pseudônimos.

A confluência entre o ficcional e o factual possibilitado pelo escritor-jornalista, coloca-o como arauto e testemunha da vida social, intelectual e política de sua época. Sua escritura é modificada pelas injunções que enfrenta por estar condicionado pelas tensões da atividade literária e da atividade jornalística:

Este entre-lugar termina por contaminar a prosa de ficção com uma escrita documental e estes escritores jornalistas passam a fazer experimentações estilísticas – seja preparando tipos ou personagens que serão desenvolvidos em seus futuros romances, seja realizando um estudo atento dos costumes e da moral de seu tempo. Sua produção literária é marcada por uma intensa referencialidade, pela atenção aos detalhes e um interesse acentuado e permanente pela fidelidade das representações. (FONTANA, 2009, p. 24-25)

A divisão de castas entre jornalismo e literatura começou a se acentuar a partir da segunda metade do século XIX com a propagação do modelo de jornalismo norte-americano em detrimento ao modelo praticado na França. A prática jornalística estadunidense instaura a cisão entre opinião e informação, elide as discussões ideológicas – ao menos idealmente –, promove a troca da persuasão pela busca pela verdade e organiza os pressupostos que margeiam a redação jornalística, como a ordem direta do texto, a clareza e a concisão. Destaca-se, portanto, que “no exercício profissional e em sua ética são hegemônicas a busca pela verdade, pela objetividade e a transposição dos fatos em relatos”. (PONTES, 2009, p. 36)

As transformações engendradas pelos periódicos sediados nos Estados Unidos conduzirão o texto jornalístico a uma forma de transmissão informativa assentada cada vez mais na hierarquização dos elementos textuais e na homogeneização da reportagem e da notícia e isso redundará na padronização textual. Outro ponto a ser destacado é que ao se distanciar das atividades políticas e literárias, os jornalistas forjam um discurso que se assenta sob a égide da credibilidade.

Os jornais passam a assimilar a estrutura das conversas populares e assumem a condição de arautos do debate político, econômico e cultural. Nesse sentido, os periódicos cumprem o papel de demiurgos, levando a todas as pessoas que não têm acesso ao debate direto e aos acontecimentos políticos, as notícias e as reportagens:

Portanto, a confiabilidade depositada na contratação de especialistas para a obtenção de informação comercial e política, ou apenas em partidários de uma mesma ideologia política, agora está depositada nesses profissionais da informação. Associa-se a isso o surgimento da figura do repórter, que vai até o local dos acontecimentos investigar os casos. Consolida-se, portanto, uma prática informativa que se preocupa com temas de relevância social como política e economia (*hard news*), e seu modo de escrita reúne a linguagem direta dos *fait divers* com o sentido dos debates políticos e literários. A nascente profissão precisa garantir a qualidade da apuração e verificação dos fatos, transmiti-los para o maior número possível de pessoas e postar-se como defensor da verdade. O interesse é político, comercial, mas também passa a ser ético. Nasce a profissão do jornalista no jornalismo. (PONTES, 2009, p. 38)

Diferente dos procedimentos da imprensa norte-americana, o jornalismo francês do começo do século XIX seguia pela via da doutrinação e da opinião. A adoção desse formato explica-se pela tendência dos periódicos franceses pela oratória e pela eloquência de doutrinação política.

A França é conhecida como berço das principais transformações filosóficas e sociais - como o Iluminismo, as revoluções burguesas – e também pelos escritores e pensadores que produziu em diferentes épocas, caso de Montaigne, Voltaire, Pascal, Molière, Lamartine, Musset, Balzac e Zola, por exemplo. A conjugação desses elementos, aliada à tradição livresca, desvelou duas vertentes bastante relevantes do jornalismo francês – a literária e a política – “vertentes que se tocavam profundamente, pois a imagem do escritor como militante político era preciosa para o jornalismo francês”. (BULHÕES, 2007, p. 31)

Além dos aspectos citados, o fator econômico desempenhou papel preponderante na constituição do modelo de jornalismo adotado na França. Nos Estados Unidos, os periódicos estavam organizados segundo a tríade publicitária jornal-leitores-anunciantes (além dos financiadores), o que integrava o jornal ao sistema econômico. Na França, os periódicos estavam atrelados a partidos políticos, situação que perdurou até o final do século XIX e afetou, sobremaneira, o estilo da escrita jornalística que ficou definida como exaltada, ornamental e rebuscada.

Constata-se que a intersecção entre jornalismo e literatura se situa em um território convulsionado em que se configuram impasses, ajustes e conflitos. Os dois padrões de jornalismo – o estadunidense e o francês – podem ser melhor entendidos a partir das concepções de linguagem com que a atividade jornalística se desenvolveu no âmbito mais amplo da organização social, política e econômica:

Mas, como se viu no caso da França, não se pode esquecer também que há fatores prioritariamente relacionados à própria tradição cultural das letras de cada país. Em parte, os Estados Unidos herdaram da tradição literária britânica paradigmas de uma expressão que não raramente conseguia conciliar erudição e simplicidade. Na França, ao contrário, a prática jornalística do século XIX muitas vezes se pautou por uma retórica beletrista empolgada e embolorada, com marcas de embelezamento estéril. (BULHÕES, 2007, p. 33)

O século XIX assinala a prevalência do modelo positivista do jornalismo norte-americano sobre o padrão beletrista francês. Dispostos lado a lado, percebe-se que as concepções de linguagem presentes nas duas vertentes jornalísticas – estadunidense e francesa – ascendem sob o salvo-conduto de modos distintos com que a atividade jornalística se desenvolveu, abrangendo conjunturas econômicas e sociais diametralmente opostas.

Dessa forma, fatores estruturais se incorporam às formações específicas da textualidade do jornal, exemplo disso, é o forte apelo publicitário e a força que exercem os grandes conglomerados jornalísticos nos Estados Unidos e, de outro modo, o viés propagandístico, político e a linguagem empolada do jornalismo praticado na França.

Percebe-se, portanto, que ao longo da história do jornalismo e do romance se reconhece um campo de realizações narrativas jornalístico-literárias cujos atributos permitem justaposições, entrelaçamentos e afinidades entre a prática das letras e a dos jornais:

Se, em uma perspectiva histórica, de início coube à literatura ser a matriz fornecedora de sugestões formais à narrativa jornalística, o desenvolvimento do jornalismo foi aos poucos construindo uma autêntica e nada desprezível tradição de textualidade que também se ofertou à realização literária. Com isso, sugestões e procedimentos típicos de uma vivência calcada na factualidade jornalística podem ser assimiladas pelo aparato ficcional da literatura, o que faz supor uma relação interdependente. (BULHÕES, 2007, p. 46)

Os terrenos movediços que sustentam de um lado a verve literária e de outro a objetividade jornalística, novamente se imiscuem na segunda metade do século XIX. O jornalismo assume uma tonalidade factual e documental da vida, ao passo em que a literatura deixa transparecer as nuances de uma experiência concreta, que emerge sob os tropéus do Realismo-Naturalismo.

Émile Zola assimila o discurso da ciência empírica e do Positivismo em contraposição a imaginação, conceito que perpassou a história da literatura Ocidental por muito tempo. O autor erige, portanto, a realidade e o determinismo dos fatos como elementos que constituem a sua literatura.

A prática jornalística e as letras serão afetadas pelo Positivismo. Na literatura, a materialidade, a concretude da vida e os pequenos acontecimentos passam a constituir aquilo que Émile Zola chama de “senso de real”. O Realismo-Naturalismo busca retratar “a vida como ela se apresenta e passa a captar – a partir da observação, da análise e da recriação detalhada do cotidiano e da realidade – os costumes e a linguagem das ruas e trazê-los para o campo da ficção”. (FONTANA, 2009, p. 28). Nota-se, que embora de maneira rude, Zola propõe uma literatura que suplante a imaginação:

As ideias de Zola marcam um momento especial e radical na história da literatura em prosa. Zola estava propondo fundamentos para uma literatura de observação e análise, negando com veemência que a imaginação fosse uma qualidade do romancista. O que ele fez não deixa de ser um reconhecimento e

uma radicalização de algo que já vinha se processando na literatura francesa pelo menos desde a década de 1830, desde Balzac e Stendhall e, quando atingiu em cheio a obra de Flaubert, consagrou-se escandalosamente com o nome de Realismo. (BULHÕES, 2007, p. 66-67)

No jornalismo, consolida-se nesse período a figura do repórter, que se encarrega de investigar, tomar notas, documentar, conversar com pessoas, observar e traduzir as informações em fatos, notícias e reportagens. A apuração e a objetividade são institucionalizadas como cânones do bom jornalismo. Como se viu, no século XIX, a informação suplanta a opinião dentro da prática jornalística, deixando patente que os textos devem apresentar um testemunho “imparcial” dos fatos para que os leitores formem por si próprios uma opinião sobre as informações divulgadas pelos periódicos. A técnica da apuração aproxima o texto jornalístico do referente factual, ressaltando a verdade como matriz norteadora da atividade jornalística:

Na notícia, que é uma estratégia ou gênero discursivo essencialmente jornalístico, o acontecimento referido obriga-se a ser verídico (real-histórico, portanto) e a obedecer à técnica corrente na prática do jornal. O real da notícia é a sua “factualidade”, a sua condição de representar um fato por meio do acontecimento jornalístico. (SODRÉ, 2009, p. 27)

Sob a insígnia desses pressupostos, o jornalismo adquire algumas convicções: a de que é possível ter acesso direto aos contornos do real pulsante e conferir-lhe um matiz de autenticidade; a de que se pode captar a realidade cotidiana, depurando-a de suas contradições e, por fim, a de que cabe ao jornalismo ser o transmissor da realidade dos acontecimentos. Essas crenças apoiam-se nas ferramentas e procedimentos jornalísticos, notadamente, o *lead* e a *pirâmide invertida*, que conferem às notícias um viés marcadamente uniformizador, homogêneo e hierarquizado. Os periódicos executam, nesse sentido, a tarefa de registrar o real e de remetê-lo sem enganos.

Gustavo de Castro, numa análise contemporânea, desvela-nos os contornos que marcam os gêneros literário e jornalístico, ressaltando os indícios para que se possa assimilar como cada um deles trata da representação da realidade:

O jornalismo traz quotidianamente o mundo para dentro do texto escrito. Põe no papel fatos, cenas, realizações, eventos os mais variados, num movimento em que extrai do mundo a matéria-prima necessária para retransformá-la em narração. Para o escritor, o movimento é inverso. O mundo exterior também é fundamental, mas não determinante como o é para o jornalista, já que o escritor pode buscar na sua própria subjetividade toda a sua literatura, fazer da memória a fonte de sua escritura, tornar eventos “pouco jornalísticos” significativos do ponto de vista humano, e até mesmo fazer o jornalismo virar

literatura, a exemplo do que fez Gabriel García Márquez. (CASTRO, 2002, p. 73)

Verifica-se, dessa maneira, tanto na prática jornalística quanto na tessitura do romance do século XIX a primazia pela referencialidade e pela realidade empírica. Nessa época, o romance Realista-Naturalista conforma os procedimentos “metodológicos”, constituindo uma postura documental da realidade circundante, aliada à pormenorização dos ambientes sociais e personagens na configuração da intriga ficcional.

Nesse sentido, os quadros sociais pincelados pelo romance-realista, sugerem um repertório instrumental que pode elevar as potencialidades da escrita da reportagem a um patamar superior de observação e de pesquisa da realidade. As características do realismo não se limitaram ao século XIX. As tonalidades do romance realista são reconhecíveis na prática da grande reportagem e do romance-reportagem, principalmente, pela ascensão na década de 1960, nos Estados Unidos, da vertente do Novo Jornalismo. O movimento propunha a utilização de técnicas do romance realista e do conto na configuração das narrativas, das notícias e das reportagens:

Também seria o caso de se admitir que marcas diluídas desse legado se reconhecem em qualquer jornalista cuja produção traga ressonâncias de escritores de bases realista-naturalistas, tais como Ernest Hemingway ou John Steinbeck, nos Estados Unidos, e Graciliano Ramos, no Brasil. [...] Ao elaborar uma obra segundo os preceitos do Naturalismo, Zola transmitiu para o século XX uma matriz de influência para a elaboração de grandes reportagens jornalísticas e explicitou um canal de correspondência entre jornal e letras. (BULHÕES, 2007, p. 71)

Constata-se, pois, que se insinua no jornalismo e na literatura – assim como na história – o mesmo princípio norteador, que os coloca como construção humana e não como um fenômeno acabado. Nesse sentido, os acontecimentos e fatos assumem uma dimensão social, em que as narrativas engendram os sentidos e promovem a reconstrução da realidade como ficções verbais textualizadas. Dessa forma, a literatura aglutina elementos comuns ao jornalismo e à história, no que concerne ao aspecto de verismo da ficção, conforme salienta Peter Gay:

A ficção pode, sem dúvida, oferecer a veracidade dos detalhes; os romancistas e poetas não são estranhos à pesquisa. Balzac, em *Les illusions perdues* [*as ilusões perdidas*], conta aos leitores talvez mais do que estes se interessassem em saber sobre as atividades gráficas; Melville acumula informações técnicas exaustivas sobre as baleias e a caça a elas em *Moby*

*Dick*; Thomas Mann discorre com um prazer indisfarçado sobre as causas e o tratamento da tuberculose em *Zauberberg* [A montanha mágica]. Tais fatos, em si, são reportagens; retirados do contexto ficcional em que ocupam sua função, seriam textos jornalísticos, especializados ou mesmo históricos (GAY, 1990, p.172).

Cotejando o discurso histórico, jornalístico e o literário; constata-se que o ponto de convergência entre eles é o enredo - que emerge como “uma operação de configuração que liga os fatos e confere unidade à história.” (RAMOS, 2010, p. 92) Dessa forma, o real se coloca como uma construção social, apresentando as contradições e oposições que lhe são inerentes. E da mesma maneira, o texto de ficção não se perde no que contém de real, porque nele se esboça a preparação do imaginário:

[...] as realidades não se transformam em ficção ao serem incorporadas ao texto ficcional; antes, tornam-se signos, numa configuração que tem como efeito a produção desse imaginário. Em outros termos, ocorre uma “irrealização” na conversão da realidade que se torna signo de outra coisa, assim como acontece a “realização” do imaginário, que passa a ser determinado e não difuso. (RAMOS, 2010, p. 91-92)

Portanto, a dimensão fictícia e imaginária da narração não apaga a efetividade do acontecido, mas, ressalta que qualquer tentativa de descrever os acontecimentos deve levar em conta diferentes formas de imaginação. Kramer (2001) ressalta que os relatos de realidades históricas não devem prescindir de uma narrativa ficcional e filosófica, pondo de um lado filósofos e de outro, os autores de obras literárias.

Pode-se conceber, nesse sentido, que os textos ou realidades sociais – aqui também a narrativa jornalística – ascendem por meio de diálogos constantes, que devem ser pormenorizados e analisados sob uma gama diversificada de perspectivas e nunca sob o caráter monológico de significação. A abordagem dialógica da história, como da literatura e do jornalismo, permitiria a discussão entre categorias opostas e em diferentes níveis, ajustando o diálogo entre historiadores, literatos e jornalistas ou o diálogo entre textos e contextos. Dessa forma, a literatura sugere formas alternativas de conhecer e “descrever o mundo e usa a linguagem imaginativamente para representar as ambíguas e imbricantes categorias da vida, do pensamento, das palavras e da experiência”. (KRAMER, 2001, p. 158)

Sob esse prisma, as discussões sobre as convergências entre fato e ficção são pródigas na crítica literária, jornalística e historiográfica. Corrobora com essa ideia a concepção de Hayden White (1994), para quem as narrativas históricas são

manifestamente ficções verbais e estariam, neste sentido, mais próximas da literatura e do jornalismo que das ciências. Dessa forma, o modo como determinada situação é configurada, depende da sutileza com que o historiador – ou o romancista e também o repórter – harmoniza “a estrutura específica de enredo com o conjunto de acontecimentos históricos aos quais deseja conferir um sentido particular. Trata-se de uma operação literária, vale dizer, criadora de ficção”. (WHITE, 1994, p. 102)

Assim, o jogo entre realidade e ficção se torna mais dinâmico e complexo. E da mesma forma que a ficção invade o domínio da realidade, constata-se também que a realidade estende-se sobre o espaço da ficção, numa diluição de fronteiras. Destaca-se aqui, a ideia de Cristiane Costa (2005), para quem a própria indeterminação do “novo realismo”, representaria o deslocamento do realismo, sendo ele capaz de emaranhar ficção e realidade. O realismo não é apenas ficção que reproduz factualmente a experiência: “Também ele é um artifício que produz, isso sim, uma ilusão de mundo que reconheceremos como real. O novo realismo baseia-se justamente na indefinição entre realidade e ficção, arte e não-arte, obra e produto”. (COSTA, 2005, p. 298). Portanto, os elementos que convergem para a similitude entre as práticas literárias e jornalísticas dizem respeito à força da linguagem e à tessitura da narrativa.

## Referências

BULHÕES, Marcelo. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo: Ática, 2007.

CASTRO, Gustavo de. “**A palavra compartilhada**”. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (Org.). *Jornalismo e literatura: a sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras, 2002.

COSTA, Cristiane. **Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil 1904-2004**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FONTANA, Mônica. **Literatura e jornalismo: fato e ficção em Abusado e Cidade de Deus**. 2009. 180f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2009.

GAY, Peter. **O estilo na história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

KRAMER, Lloyd. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick Lacapra. In: HUNT, Lynn (org). **A Nova História Cultural**. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MEDEL, Manuel Angel Vasquez. **“Discurso literário e discurso jornalístico: convergências e divergências”**, in *Jornalismo e literatura: A sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras, 2002.

MELO, Cimara Valim de. **O lugar do romance na literatura brasileira contemporânea**. 278f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

NICOLATO, Roberto. **A realidade da ficção: uma contribuição do jornalismo à literatura dos anos 70**. 225f. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2006.

PONTES, Felipe Simão. **Teoria e história do jornalismo: desafios epistemológicos**. 2009. 251f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

RAMOS, Cristiano. **Literatura e Jornalismo: bases teóricas para análise do livro-reportagem**. 2010. 125f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

WATT, Ian. **A ascensão do romance**. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso: ensaios a crítica da cultura**. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994.